

# Governo pode lutar por prorrogação e 6 anos

Andrei Meireles

Após aprovar o presidencialismo, e o mandato presidencial de cinco anos na Constituinte, o Governo pode embarcar num lance bem mais ousado: tentar aprovar a prorrogação por dois anos dos mandatos dos prefeitos e dos vereadores e assegurar um mandato de seis anos para o presidente José Sarney. Essa proposta, por enquanto, ainda não é bancada pelo Planalto, mas vem sendo ventilada por alguns ministros e por políticos fiéis ao Governo no Congresso Nacional. A outra alternativa em exame é a realização conjunta, em 89, das eleições municipais e presidenciais.

A prorrogação de mandatos, segundo levantamento disponível em alguns gabinetes ministeriais, interessaria à quase totalidade dos governadores, que temem revezes eleitorais. Dois governadores — Newton Cardoso, de Minas Gerais, e Waldir Pires, da Bahia — são os principais oponentes, pois pretendem consolidar suas lideranças nos dois Estados, onde o número de adversários nas administrações municipais é expressivo.

Para o Governo Federal, bastante desgastado junto à opinião pública, como atestam todas as pesquisas, enfrentar eleições este ano, especialmente nas capitais, cidades mais politizadas, é um sério risco de uma derrota acachapante.

## Dificuldades

Mesmo a aliança entre governadores e o Planalto terá sérias dificuldades para adiar as eleições. E que pelo menos 150 constituintes pretendem se candidatar. Além disso, o comando do PMDB avalia que, além da frustração da opinião pública por não eleger este ano o Presidente da República, impedir também o pleito municipal seria uma dose excessiva. O deputado Ulysses Guimarães já partiu para a ofensiva, denunciando a tentativa prorrogacionista: "É um golpe contra a democracia. O PMDB, em hipótese alguma, aceita isto".

Dentro do PMDB, porém, há muitos defensores do adiamento das eleições municipais. O ministro Prisco Viana, por exemplo, que é filiado ao partido, tentou, sem

êxito, nas primeiras fases da Constituinte, viabilizar a proposta de prorrogação de mandato. Na época, a reação foi grande e o projeto aparentemente arquivado.

Agora, quando o Governo está se sentindo forte na Constituinte, duas emendas — a do deputado Gilson Machado (PFL-PE) e a do senador Aureo Mello (PMDB-AM) que, respectivamente, adiam as eleições municipais por um e dois anos — passaram a ser examinadas com redobrada atenção em vários e importantes gabinetes governamentais.

Seus defensores contam com uma força que consideram capaz de sensibilizar muitos constituintes: os próprios prefeitos e vereadores, que formam um grupo de pressão muito forte e já estão se mobilizando para testar sua força. O prefeito Jânio Quadros, de São Paulo, já saiu ostensivamente a campo para trabalhar pela prorrogação de mandatos. Suas

propostas políticas têm sempre coincidido com os desejos do Palácio do Planalto.

## Benefícios

O deputado Irajá Rodrigues, do PMDB do Rio Grande do Sul, tido como forte candidato à prefeitura de Pelotas, tem recorrido a um argumento que considera forte para mobilizar os prefeitos de todo o País em favor da prorrogação: só assim eles seriam contemplados com os benefícios da reforma tributária que deverá ser aprovada pela Constituinte.

A batalha pela prorrogação de mandatos pode reacquer a luta pela duração do mandato de Sarney, fortalecendo os que defendem quatro anos. O Governo tem consciência disso e não quer correr esse risco: se a nova frente de batalha puder comprometer o mandato, de Sarney, desistirá da tentativa de adiar as eleições municipais.

## Reunião não terá Sarney

O presidente José Sarney não deverá participar da reunião de amanhã, com os líderes Carlos Sant'Anna, José Lourenço e os ministros políticos, considerados aliados do Planalto, quando serão discutidas as diretrizes do plano de ação governamental capaz de funcionar como programa do bloco da maioria. Sexta-feira, o líder Carlos Sant'Anna conversou por telefone sobre o assunto com o presidente Sarney, mas acha que não há ainda definições que justifiquem sua presença na reunião de amanhã.

O encontro dos líderes com os ministros políticos, entre eles Ronaldo Costa Couto, Prisco Viana e Antônio Carlos Magalhães, é um desdobramento da reunião de quarta-feira passada no Palácio do Planalto, quando o deputado Carlos Sant'Anna apresentou relato pormenorizado de suas articulações para formação do bloco. No encontro, ficou acertado a nova conversa para apresentação de

diretrizes para elaboração do programa de ação governamental.

Carlos Sant'Anna explicou que o objetivo do Governo é montar um bloco de sustentação parlamentar maior do que a Aliança Democrática, inclusive pela adesão de mais partidos, os quais não quis relacionar, sob a alegação de ainda estarem em curso as negociações.

Na reunião de amanhã, segundo o deputado Carlos Sant'Anna, cada um dos ministros vai apresentar sugestões de diretrizes de ação governamental para as diversas áreas da administração federal, que posteriormente serão ordenadas pelo próprio líder governista e pelos ministros Ronaldo Costa Couto e Prisco Viana. Por essa razão, o deputado Carlos Sant'Anna acha cedo para o presidente Sarney participar das conversas, observando, porém, que nada impede sua presença na reunião de amanhã, que foi por ele mesmo convocada.

## Constituinte ganha ritmo amanhã

A partir de amanhã, a Assembleia Nacional Constituinte inicia o novo programa de trabalho, organizado pelo deputado Ulysses Guimarães, com 11 horas diárias de sessões, destinadas exclusivamente às votações do projeto da futura Carta Constitucional. Isso quer dizer que haverá trabalhos de manhã, de tarde e à noite, em dois blocos, com a primeira sessão entre 9h30 e 13h00, e a segunda das 14h30 às 22h00. Se a meta for alcançada, o texto ficará pronto no dia 30 e, em seguida às votações do primeiro turno, começará o segundo, que irá até o final de maio ou começo de junho, quando então o texto poderá ser promulgado.

A idéia do presidente da Constituinte é concluir rapidamente o primeiro turno, para o que serão necessárias 1.038 votações, ou 26 em cada uma das 40 sessões convocadas. Não haverá sessões apenas nos dias 16, 17 e 30, as únicas folgas do mês para os constituintes.

Nas manhãs das segundas e das terças, também não haverá sessões, mas em compensação os deputados e senadores estarão ocupados com as sessões do Senado, da Câmara ou do Congresso Nacional, que ficarão restritas a essas manhãs.

## 2.º Turno

O esquema organizado para abril é apenas para o primeiro turno de votações. Ainda restará o segundo turno de votações, ou seja, vai começar tudo de novo. Mas, segundo se espera, em ritmo mais veloz, já que nessa segunda fase só serão permitidos destaque e emendas supressivas e de redação. Isto quer dizer que os constituintes não poderão propor emendas para modificar o sentido dos dispositivos acolhidos em primeiro turno. As alterações somente serão possíveis mediante a supressão de artigos, parágrafos, incisos ou de expressões e palavras desses textos. Na prática, a supressão pode alterar o que já foi aprovado, bastando, por exemplo, a retirada de alguma palavra ou expressão importante. Por exemplo: se alguém não se conforma com a jornada de 44 horas de trabalho, será possível a apresentação de uma emenda supressiva, retirando o dispositivo que cita expressamente o número de horas exigidas do trabalhador. Não será, porém, permitido alterar esse número.

O presidente da Constituinte decidiu estabelecer o novo programa de trabalhos principalmente por dois fatores: A imagem negativa da Assembleia Nacional diante da opinião pública e o baixo comparecimento de constituintes às votações. E ainda hoje como anunciou Ulysses Guimarães deverá debruçar-se no exame de medidas punitivas para os faltosos, como a convocação dos suplentes dos constituintes que deixarem de comparecer a três sessões consecutivas ou cinco alternadamente, sem qualquer justificativa.

Em um ano, a Constituinte votou apenas 773 dispositivos, um pouco mais de um terço do total. Por isso, a mesa-diretora pretende agora recuperar o tempo perdido.



Fogaça quer uma comissão revisora para o texto já aprovado

## Presidencialismo em debate

O sistema presidencialista aprovado pela Constituinte no último dia 22 continua gerando polêmica. No início da semana, o senador José Fogaça (PMDB-RS), um dos relatores-adjuntos da Comissão de Sistematização, apresentou projeto de resolução à Mesa da Assembleia para alterar o Regimento Interno e permitir um enxugamento do texto que, a seu ver, entra em confronto com o que já foi aprovado no capítulo do Poder Legislativo.

Segundo a proposta de Fogaça, as adaptações da emenda presidencialista aprovada seriam feitas por uma comissão revisora, integrada pelo relator da Comissão de Sistematização e mais seis constituintes, indicados pelo presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), após consulta às lideranças partidárias.

Essa comissão ficaria encarregada de trabalhar exclusivamente em cima dos Capítulos I e II do Título IV do projeto de Constituição, que tratam respectivamente do Poder Legislativo e do Poder Executivo. A comissão teria um prazo de 72 horas para "limpar" o texto. Em seguida, os constituintes teriam mais 24 horas para apresentarem emendas e destaques ao texto final dos dois capítulos. O projeto de resolução estabelece que as funções da comissão terminariam após essa fase e durante suas atividades a Constituinte não interromperia seus trabalhos.

## Insanáveis

O senador José Fogaça diz que apresentou esse projeto de resolução porque considera que o texto da emenda presidencialista apresenta "defeitos insanáveis".

De acordo com Fogaça, da forma como estão estruturados os Capítulos I e II, o Presidente fica "com todas as atribuições e responsabilidades, mas sem os meios efetivos para viabilizá-las e executá-las". O senador afirma que a emenda "conduz ao isolamento pessoal e político dos ministros de Estado e não cria o Conselho de ministros". Essa contradição provocaria "as desconfianças e os ataques mútuos entre os membros do Governo".

Um outro ponto levantado pelo senador é a moção de censura, que, tal como está na emenda Humberto Lucena, produzirá crises e não dará os meios para resolvê-las". José Fogaça salienta que pela emenda é fácil pedir ao plenário a moção de censura pelo recolhimento de assinaturas, porém é impossível aprová-la, já que exige um quórum de 340 votos na Câmara.

Fogaça lembra ainda que o instituto da moção de censura individual, criado pela emenda presidencialista, cria dificuldades na medida em que vai estimular grupos com interesses regionais ou setoriais a vetar ministros ao terem seus interesses contrariados. O conflito entre os dois poderes também ficará evidenciado, segundo o senador, na questão do orçamento, que no atual texto está todo voltado para o sistema parlamentarista e no sistema presidencialista será um instrumento de obstrução contra o Governo.

## Tolice

O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), um dos autores da emenda presidencialista, acha tolice a argumentação do senador. Ele considera completamente absurda a possibilidade de se formar uma comissão revisora e afirma que "se o relator não consegue fazer a tarefa de adaptação, que abandone o posto".

Vivaldo Barbosa acredita que a limpeza no texto já está parcialmente acertada. Como, por exemplo, a investidura de posse do Presidente da República, que passará a ser no Congresso Nacional. O mesmo se dará no caso de vacância do cargo, onde o sucessor também tomará posse no Congresso. As muitas citações sobre o primeiro-ministro, serão suprimidas no segundo turno de votação.

Em relação as críticas de que o sistema de governo ficará um presidencialismo parlamentarizado, o deputado afirma que "se trata de uma visão ortodoxa que o senador tem do presidencialismo e do parlamentarismo. 'O que nós queremos é modernizar o presidencialismo', afirma Vivaldo Barbosa. (Luís Eduardo Costa)